



BARIGÜI COMPANHIA HIPOTECÁRIA

CNPJ: 14.511.781/0001-93

Av. Sete de Setembro, 4751 - Sobreloja - Conjunto 2 - Curitiba - PR

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Barigüi Companhia Hipotecária submete à apreciação de V. Sas. o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, referentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2016.

Conforme divulgado, trata-se da primeira instituição da espécie, devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil, a funcionar no Estado do Paraná, estando as suas atividades reguladas pela Resolução CMN nº 2.122/94 e normas complementares, tendo como principal campo de negócio os créditos imobiliários, sendo integrante do Sistema Financeiro de Habitação.

A Cia. Hipotecária integra o Conglomerado Financeiro Barigüi, liderado pela Barigüi S/A

Crédito, Financiamento e Investimentos, e suas operações/resultados constam do respectivo balanço consolidado, na forma da regulamentação em vigor.

Desde o início de suas atividades, em janeiro/2012, a Cia. Hipotecária efetivou 2.937 operações, com carteira ativa de empréstimos e financiamentos atingindo, na data-base de 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$ 192.482 milhões, e, do lado passivo, em captações, via LCI, somando o montante de R\$ 168.888 milhões e Patrimônio Líquido de R\$ 14.595 milhões. As parcerias estabelecidas, envolvendo: a) Seguradora; b) Correspondentes Bancários em praças julgadas de bom potencial de negócios, nos Estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo; c) Avaliadores de Imóveis; d) Corretoras de Valores Mobiliários e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários; e) Promotora de Crédito; e f) a ligada Barigüi Securitizadora concorreram, com real importância, para o atingimento dos resultados antes indicados. Do exposto, podemos concluir que os objetivos estratégicos foram atingidos no balanço de

31 de dezembro de 2016, com variações, em nosso entender, admissíveis frente às mutações ocorridas no cenário econômico-financeiro do País desde a sua constituição.

A Barigüi Cia Hipotecária apresentou, indiscutivelmente, performance satisfatória, com crescimento ordenado e seguro, sempre tendo presente a higidez econômico-financeira, e procurando expandir os seus mercados de atuação, e prospectar novos negócios, sem perder de vista a melhoria constante no atendimento aos seus clientes. Para tanto, agradecemos a contribuição dos parceiros, conforme antes referenciados, e, em especial do corpo de funcionários.

Curitiba (PR),

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro
Diretor Presidente

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E DE 2015 - (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015	PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE	63.040	58.991	CIRCULANTE	83.059	45.932
Disponibilidades	4	623	Depósitos	17.328	9.823
Aplicações financeiras de liquidez	4-5	3.102	Depósitos Interfinanceiros - Ligadas	17.328	9.823
Aplicações em depósitos interfinanceiros		3.102	Recursos de aceites e emissão de títulos	59.860	30.576
Operações de crédito	7	49.308	Recursos de letras de crédito imobiliário	59.860	30.576
Setor privado		50.991			
Provisão para perdas em operações de crédito		(1.683)			
Outros créditos	8	2.683	Outras obrigações	5.871	5.533
Créditos tributários		1.092	Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados	44	106
Diversos		1.591	Sociais e estatutárias	255	358
Outros valores e bens	9	7.324	Fiscais e previdenciárias	1.979	2.381
Bens não de uso		8.051	Diversas	13	3.593
(-) Provisão para desvalorização de bens		(1.569)			
Despesas antecipadas		842	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	111.284	115.038
ATIVO NÃO CIRCULANTE	145.898	113.430	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	111.284	115.038
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	145.754	113.340	Recursos de aceites e emissão de títulos	109.028	113.595
Instrumentos financeiros derivativos	6	755	Recursos de letras de crédito imobiliário	109.028	113.595
Instrumentos derivativos financeiros		755			
Operações de crédito	7	139.994	Outras obrigações	13	2.256
Setor privado		143.491	Diversas		1.443
Provisão para perdas em operações de crédito		(3.497)			
Outros créditos	8	1.575	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	14.595
Créditos tributários		1.488	Capital social		10.000
Diversos		87	De Domiciliados no país		3.000
Outros valores e bens	9	3.430	Aumento de Capital pendente de aprovação BACEN		4.000
Bens não de uso		2.339			
(-) Provisão para desvalorização de bens		(217)	Reservas de lucros	4.595	4.451
Despesas antecipadas		1.308	Legal	661	450
PERMANENTE	144	90	Especial de lucro	3.934	4.001
Imobilizado de uso	10.a	68			
Outras imobilizações de uso		128			
(-) Depreciação		(60)			
Intangível	10.b	76			
Licenciamento de uso de software		94			
(-) Amortização		(18)			
TOTAL DO ATIVO	208.938	172.421	TOTAL DO PASSIVO	208.938	172.421

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTES AO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015. (valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva especial de lucro		
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2015	3.000	-	218	709	3.144	-	7.071
Aumento de capital pendente de aprovação BACEN	-	4.000	-	(709)	(3.291)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	4.645	4.645
Destinações:							
Constituição de reservas	-	-	232	-	4.148	(4.380)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(265)	(265)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	3.000	4.000	450	-	4.001	-	11.451
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2016	3.000	4.000	450	-	4.001	-	11.451
Aumento de capital	7.000	(4.000)	-	-	(3.000)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	4.222	4.222
Destinações:							
Constituição de reservas	-	-	211	-	3.770	(3.981)	-
Dividendos	-	-	-	-	(837)	(241)	(1.078)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	10.000	-	661	-	3.934	-	14.595
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	7.000	(4.000)	211	-	(67)	-	3.144
SALDOS EM 01 DE JULHO DE 2016	7.000	-	600	-	5.840	-	13.440
Aumento de capital	3.000	-	-	-	(3.000)	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	1.225	1.225
Destinações:							
Constituição da reserva legal	-	-	61	-	1.094	(1.155)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(70)	(70)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	10.000	-	661	-	3.934	-	14.595
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	3.000	-	61	-	(1.906)	-	1.155

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

notas explicativas às demonstrações financeiras (Valores expressos em reais R\$ - exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Barigüi Companhia Hipotecária ("Companhia"), controlada pela Barigüi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (94%), foi constituída em 16 de maio de 2011 na forma de sociedade anônima de capital fechado, estando autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil a partir de 27 de setembro de 2011 tendo iniciado suas operações em 10 de janeiro de 2012.

A Companhia, integrante do Sistema Financeiro de Habitação, tem por objetivo a realização de financiamentos para: a) aquisição, produção, reforma ou comercialização de imóveis residenciais ou comerciais e lotes urbanos; b) conceder empréstimos e financiamentos garantidos por alienação fiduciária de bens imóveis, com destinação diversa da que se refere o item anterior; c) repassar recursos destinados ao financiamento da produção ou da aquisição de imóveis residenciais ou comerciais, bem como todas as demais operações ativas, passivas e acessórias a que estão legalmente autorizadas as instituições da espécie.

2 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei das Sociedades por Ações, inclusive com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN), através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e de outros regulamentos dessa Instituição, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Em reunião de Diretoria, realizada em 20 de março de 2017, foram aprovadas estas demonstrações financeiras.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras são:

a. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como

equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

b. Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e consideram os rendimentos, encargos e variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados de acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, obedecendo o seguinte critério: Operações de swap - os diferenciais a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo e passivo, respectivamente, apropriado como despesa ou receita pro rata até a data do balanço.

e. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As principais operações de crédito da Companhia são compostas por financiamentos imobiliários, sendo classificadas como habitacionais e empreendimento.

(i) Operações de crédito - estão registradas por valor que agrega as rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério "pro rata" dia. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observados: os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

(ii) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - foi constituída nos termos da Resolução nº 2.682/99 e nº 2.697/00, do CMN, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99, do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma: (a) A Companhia considera a contagem em dobro para os contratos com prazos vencidos

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES AO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

	2º Sem/16	2016	2015
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercício	1.225	4.222	4.645
Ajustes para reconciliar o resultado com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	13	24	21
Provisão para perdas em operações de créditos	669	2.035	2.811
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	1.039	1.419	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes	859	2.867	2.987
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(452)	(966)	(801)
Provisão/Reversão provisão para risco cível, fiscal e trabalhista	(49)	10	16
Participação dos empregados	189	245	114
Pagamento de imposto de renda e contribuição social (Aumento) redução nos ativos operacionais:	(527)	(1.050)	(857)
(Aumento) Instrumentos financeiros derivativos	(755)	(755)	-
(Aumento) Operações de crédito	(29.789)	(34.493)	(49.467)
(Aumento) outros créditos	(644)	(1.215)	(1.363)
(Aumento) Outros valores e bens	(2.911)	(4.518)	(2.704)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
(Redução) Aumento em depósitos interfinanceiros	17.328	7.505	(4.442)
Aumento em recursos de letras de crédito imobiliário	3.920	24.717	52.782
(Redução) cobrança e arrecadação de títulos assemelhados	(139)	(62)	-
(Redução) nas obrigações sociais e estatutárias	(261)	(153)	-
(Redução) obrigações fiscais e previdenciárias	(2.981)	(2.219)	-
Aumento (Redução) das outras obrigações	5.465	1.708	(1.063)
Caixa líquido (aplicado)/gerado pelas atividades operacionais	(7.801)	(679)	2.679
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	(30)	(35)	12
Adições no intangível	(43)	(43)	(2)
Caixa líquido (aplicado)/gerado nas atividades de investimentos	(73)	(78)	10
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos	(436)	(1.273)	(249)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(436)	(1.273)	(249)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(8.310)	(2.030)	2.440
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	12.035	5.755	3.315
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	3.725	3.725	5.755

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

superiores há 36 meses, conforme permitido pela Resolução CMN nº 2.682/99.

(b) As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

(c) As operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$50 (cinquenta mil reais) são classificadas, em forma descendente, a partir do nível "A", conforme critérios da Resolução nº 2.697/00, do CMN.

(d) As operações renegociadas, por atraso nos contratos anteriores, são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

(iii) Operações vencidas há mais de 60 dias - as rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

f. Despesas antecipadas

Correspondem principalmente a:

(i) Comissões pagas na captação de recursos com terceiros as quais são registradas a valor de custo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da captação; e

(ii) As comissões pagas a correspondentes credenciados são diferidas contabilmente de acordo com o prazo residual dos contratos, entretanto o prazo máximo considerado para efeitos deste diferimento é 31 de dezembro de 2019. Contudo, para os contratos originados a partir de 2015, tais comissões são apropriadas ao resultado de acordo com as disposições da Resolução nº 4.294 do Conselho Monetário Nacional e Circular Bacen 3.378/14, conforme abaixo:

- 2015: reconhecer integralmente como despesa 1/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença atavada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses;
- 2016: reconhecer integralmente como despesa 2/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença atavada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses; e
- 2017: reconhecer o valor total da comissão paga integralmente, como despesa.

continua na próxima página ----->

16 TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições pactuadas entre as partes:

Descrição	Ativo	Passivo	31/12/2016		31/12/2015	
			2º Semestre Resultado	Exercício Resultado	Ativo	Passivo
Barigui S/A Crédito, Financiamento e Investimento						
Depósitos Interfinanceiros	-	17.328	(376)	(759)	-	9.823 (1.059)
Dividendos	-	66	-	-	-	249
Reembolsos de comissões e outras	4	6	(3)	(6)	25	-
Utilização de estrutura compartilhada (a)	-	2	(36)	(72)	-	14 (72)
Enio Fomea & Cia Ltda.						
Aluguel comercial	-	3	(17)	(32)	-	2 (28)
Barigui Promotora de Crédito Imob. Ltda.						
Prestação de Serviços	775	85	(1.405)	(3.093)	1.120	228 (3.083)
Central Brasileira de Cobrança Ltda.						
Prestação de Serviços	-	114	(728)	(1.399)	-	127 (861)
Barigui Securitizadora S.A.						
Prestação de serviços	365	-	(307)	(920)	282	- (388)
Pessoa Física						
Letra de Crédito Imobiliário	-	44.330	(2.989)	(5.734)	-	38.104 (4.408)
Dividendos	-	4	-	-	-	16
Remuneração aos administradores	-	-	(103)	(203)	-	(146)

(a) As partes relacionadas celebraram um Contrato de Prestação de Serviços Operacionais com o objetivo de compartilhar custos de natureza administrativa e técnica em virtude de possuírem uma mesma estrutura administrativa.

17 Despesas administrativas

	2º Sem/2016	31/12/2016	31/12/2015
Despesas de comunicação	(42)	(55)	(19)
Despesas com aluguel comercial	(17)	(32)	(28)
Despesas de processamento de dados	(196)	(347)	(258)
Despesas com propaganda e publicidade	(165)	(255)	(174)
Despesas serviço sistema financeiro	(173)	(380)	(437)
Despesas com serviços terceirizados (a)	(3.392)	(6.963)	(4.784)
Despesa com serviços técnicos especializados	(296)	(521)	(411)
Despesas com depreciação/amortização	(13)	(24)	-
Outras	(142)	(317)	(205)
Total	(4.436)	(8.894)	(6.316)

(a) Refere-se, substancialmente, à (i) apropriação de despesas com comissões de correspondentes, no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016 nos valores de R\$ 1.819 e R\$ 3.748 respectivamente (R\$ 2.230 em 31 de dezembro de 2015); (ii) comissão em assessoria de cobrança no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016 nos valores de R\$ 738 e R\$ 1.409 respectivamente (R\$ 861 em 31 de dezembro de 2015); (iii) despesa com assessoria e consultoria empresarial na estruturação de negócios, no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016 nos valores de R\$ 680 e R\$ 1.533 respectivamente (R\$ 1.431 em 31 de dezembro de 2015); (iv) despesa com corretagens no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016 nos montantes de R\$ 62 e R\$ 133 respectivamente (R\$ 219 em 31 de dezembro de 2015) e; (v) outros serviços no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, nos valores de R\$ 93 e R\$ 140 respectivamente (R\$ 43 em 31 de dezembro de 2015).

18 Rendas de prestação de serviços

	2º Sem/2016	31/12/2016	31/12/2015
Confeção de cadastro			
Pessoa Física e jurídica	201	402	370
Tarifa de administração de contrato	216	528	391
Total	417	930	761

19 Despesas tributárias

	2º Sem/2016	31/12/2016	31/12/2015
Despesa com PIS	(66)	(140)	(115)
Despesa com COFINS	(408)	(864)	(706)
Despesa com ISS	(21)	(46)	(26)
Outros	(8)	(56)	(25)
Total	(503)	(1.106)	(872)

20 Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado			
	2º Sem/2016	31/12/2016	31/12/2015
Impostos correntes			
Imposto de renda	(601)	(2.074)	(2.210)
Contribuição social	(258)	(793)	(777)
Total imposto de renda e contribuição social correntes	(859)	(2.867)	(2.987)
Impostos diferidos	452	966	801
Total do imposto de renda e contribuição social	(407)	(1.901)	(2.186)
b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado			
	2º sem/2016	31/12/2016	31/12/2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e participação dos empregados	1.821	6.368	6.945
Participação dos empregados	(189)	(245)	(114)
Resultado líquido	1.632	6.123	6.831
Encargo total do Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 9% respectivamente	(555)	(2.082)	(2.322)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:			
Adições temporárias	(449)	(2.580)	(665)
Adições permanentes	(21)	(21)	-
Deduções por incentivos fiscais	103	103	-
Outras exclusões	63	1.713	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(859)	(2.867)	(2.987)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os créditos tributários são compostos pelos seguintes valores:

	Saldo Inicial 31/12/2015	Consti-tuição	Reve-rsão	Saldo Final 31/12/2016
Imposto de Renda				
Provisão para risco cível	14	15	(12)	17
Outras provisões	120	525	(152)	493
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.047	527	(186)	1.388
TOTAL - IRPJ	1.181	1.067	(350)	1.898
Contribuição Social				
Provisão para risco cível	5	5	(4)	6
Outras provisões	44	188	(55)	177
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	383	183	(67)	499
TOTAL - CSLL	432	376	(126)	682
Total de créditos tributários de IRPJ e CSLL	1.613	1.443	(476)	2.580

As diferenças temporárias relativas às provisões sobre as operações de crédito, cuja dedutibilidade se dará de acordo com os critérios definidos nas regras fiscais, serão reconhecidas em sua totalidade até o exercício de 2019. Ademais, também estão reconhecidos os créditos relativos às diferenças temporárias decorrentes de provisões sobre pagamentos de participação nos resultados, que serão reconhecidos em sua totalidade em 2017.

31/12/2017 31/12/2018 31/12/2019 TOTAL

Créditos Tributários de Imposto de Renda				
Diferenças Temporárias	803	37	1.058	1.897
Valor Presente	706	28	720	1.455

Créditos Tributários de Contribuição Social

Diferenças Temporárias	289	13	381	683
Valor Presente	254	10	259	524

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa de juros anual de 13,65% (Selic).

A Companhia não possui créditos tributários que não foram ativados para o exercício de 2016.

21 Política de remuneração

A Companhia remunera três membros de sua Diretoria Executiva, com posicionamento conservador, atendendo plenamente ao espírito da Resolução CMN nº 3.921, de 25 de novembro de 2011. Tal remuneração é de natureza fixa, portanto não contemplando parcela

variável. Os valores no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016 estão representados por R\$ 103 e R\$ 203 respectivamente (R\$ 146 em 31 de dezembro de 2015).

22 Estrutura de gerenciamento de riscos

Na forma da regulamentação vigente, as atividades de gerenciamento de risco encontram-se centralizadas na Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, líder do conglomerado Financeiro Barigui e controladora da Barigui Companhia Hipotecária. Assim, as disposições próprias são aplicáveis às duas entidades acima citadas.

A seguir, os principais fatores dos riscos elencados que afetam os negócios da companhia:

a. Risco de crédito

Visando a mitigação do Risco de Crédito, a Companhia atua continuamente no acompanhamento dos processos das atividades próprias de crédito, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários dos modelos de concessão e recuperação de crédito, aperfeiçoamentos nos levantamentos cadastrais, no monitoramento de concentrações e na identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito.

b. Risco operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia deu continuidade aos esforços para o fortalecimento de seu ambiente de controles internos. Assim, a prevenção a fraudes internas e externas e as medidas de segurança para regular funcionamento dos sistemas informatizados, são objetivos permanentes da Administração.

c. Risco de mercado

O risco de mercado, decorrente das captações de recursos junto à clientela, no que tange as variações ditadas por índices de preços e taxas de juros, são gerenciados por meio de metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional, permitindo embasar decisões estratégicas da Companhia com grande agilidade e alto grau de confiança. A entidade emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a risco de mercado, com diversificação de investimentos.

d. Risco de gerenciamento de capital

Avaliação permanente da necessidade de capital da Companhia para fazer face aos riscos a que está sujeita, inclusive a necessidade de capitalização frente às possíveis mudanças das condições de mercado. Incorpora também as avaliações para atendimento ao Índice de Basileia.

e. Risco de liquidez

O fundamento principal é a manutenção de nível adequado de recursos líquidos disponíveis para o normal funcionamento da Companhia. A Companhia dispõe de alternativas que atendam, prontamente, situações incômodas de necessidades de caixa, em pontos de extrema relevância para os negócios.

A Companhia realiza testes de estresse, aplicáveis a cada espécie de risco, avaliando e identificando soluções que levem a Companhia a suportar os efeitos assim levantados.

Maiores detalhes sobre a descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional está registrada no endereço eletrônico: www.bariguicreditointeligente.com.br > institucional > gerenciamento de riscos.

23 Outras informações**a. Patrimônio líquido exigido (Acordo da Basileia) conglomerado**

A Companhia detém capital social de R\$10.000 dez milhões de reais), totalmente subscrito, acima do nível mínimo exigido pelas Autoridades Monetárias para as Sociedades da espécie, consoante o prescrito na Resolução CMN nº 2.099/94, Regulamento Anexo II, art. 1º, "caput" e parágrafo primeiro, e em montante adequado para alavancar as suas operações no corrente exercício. O acionista controlador está representado pela Barigui S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos, com 94% do total das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima de 10,5% entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice de Basileia, em 31 de dezembro de 2016, está apresentado de forma combinada nas demonstrações financeiras da sua controladora, Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos.

Curitiba (PR), 20 de março de 2017.

DIRETORIA

RODRIGO OLIVEIRA DE ARAUJO PINHEIRO
Diretor Presidente

PAULO DE PAULA ABREU
Diretor Superintendente

MARIA TEREZA FORNEA
Diretora Executiva

IVALDO LEANDRO PERUSSOLO
Diretor Executivo

CRISTIANE APARECIDA DAMRAT
Contadora CRC PR 063966/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Diretores da Barigui Companhia Hipotecária
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Barigui Companhia Hipotecária ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Barigui Companhia Hipotecária em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de

forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 20 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2